



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

**Impresso
Especial**

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Ano XVIII - nº 70
Novembro de 2010

ALIENAÇÃO PARENTAL

Desafios para
a Justiça na
aplicação da
nova lei

A cultura solidária

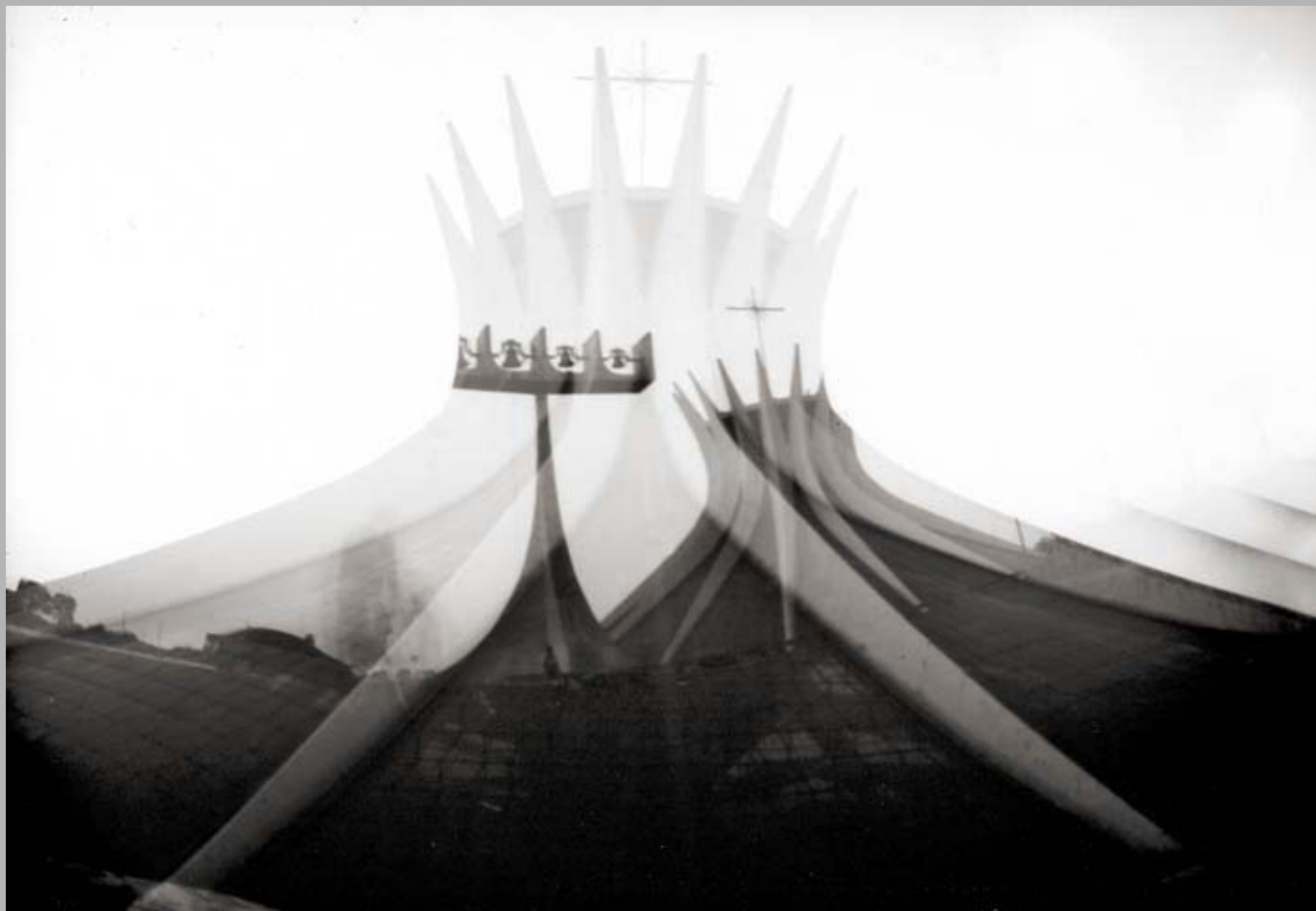
TT CATALÃO



TT CATALÃO

“ O que mais se percebia era a realidade de uma nova conjuntura latinoamericana e uma força civil espontânea, não alinhada a organizações políticas ”

Em Buenos Aires para cumprir a agenda de lançamento dos Pontos de Cultura da capital, fomos surpreendidos pela morte de Néstor Kirchner e mantivemos os contatos com a sociedade (já previstos) acentuados pela dor e a solidariedade no impacto dessa perda. Os Pontos de Cultura, parte do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, crescem como conceito em toda América Latina (principalmente Uruguai, Argentina, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia). Sem fórmulas definidas, a não ser o conceito básico de que o Estado não faz cultura, mas potencializa e respeita o que já pulsa na sociedade, cada país define o seu formato e em qual escala deseja aplicar alguns elementos do Programa. Esses países já aplicam políticas culturais com ênfase no protagonismo e com forte envolvimento social. Os Pontos são um impulso orgânico. Transferido o lançamento (para 26 de novembro), os grupos culturais se juntaram às manifestações comoventes de respeito e carinho pelo presidente Néstor e, principalmente, enviavam mensagens de força para a continuidade de Cristina em suas recentes lutas contra empresas de comunicação, ruralistas e políticos de oposição (alguns, até, de outras linhas peronistas). O que mais se percebia era a realidade de uma nova conjuntura latinoamericana e uma força civil espontânea (não alinhada a organizações políticas) nas ruas. Há uma crescente consciência de que a cultura pode ser a grande mediadora solidária na América do Sul quando barreiras econômicas e de mercado falham.



JOSÉ ROSA

Especialista em pinhole – fotografia sem lentes, com uma lata ou caixa no lugar de câmera –, José Rosa desenvolve há dez anos o projeto *Fotolata: Arte & Ciência*. Num *trailer* que funciona como sala de aula e laboratório fotográfico, ele oferece aulas a interessados em geral, a alunos da rede pública e a comunidades carentes no DF e no interior do país. O projeto tem cunho social e visa desmitificar a complexidade da arte fotográfica, promover a construção do conhecimento e a inclusão social, utilizando a fotografia *pinhole* como atrativo.



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Roberto Polícarpo

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira
Jailton Manguiera Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

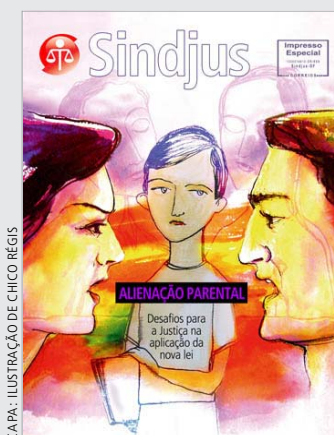
Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



Edição:

Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem:

Deniza Gurgel
Fabiola Góis
Hylda Cavalcanti
Thais Assunção
Valéria de Velasco

Colaboradores:

TT Catalão
José Geraldo de Sousa Junior
Yuri Matsumoto Macedo
André Luis Macedo

Revisão: Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte: Usha Velasco
Tiragem: 15.000 exemplares

Contato comercial: Julliane Dourado
Fones: (61) 8485-9959 - (61) 3037-9761

Conselhos ao governante



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

É a educação que permite substituir o favor pelo direito. Com ela, pode-se realizar plenamente a condição republicana pela mediação da democracia e o exercício da cidadania contra práticas políticas que se sustentam nos extremos do personalismo e nas relações de família

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Desde Sócrates, passando por Platão, Maquiavel, Erasmo de Roterdã, e até D. Pedro II, com suas exortações paternas dirigidas à filha regente, a literatura organiza uma série de predicções que formam um impressionante legado de conselhos aos governantes.

D. Pedro II, por exemplo, numa de suas cartas a Isabel, aludia ao sentimento inteligente do dever como o melhor guia, mas chamava a atenção para que a princesa observasse que o sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública e, pode-se dizer, muito menos a que é cotidianamente publicada.

Se, em Maquiavel, as notas são para indicar as coisas pelas quais os homens, e mormente os príncipes, são louvados ou censurados, os conselhos vão desde a prodigalidade e a parcimônia à crueldade e à clemência, ou seja, sobre saber se é melhor ser amado ou temido.

Até mesmo nos grandes sistemas religiosos, do confucionismo ao judaísmo, passando pelo cristianismo, pelo islamismo e pelo budismo, é possível extrair um guia moral-prático tendo como centro ético o conselho de que o dever do governante é proteger o seu povo, contribuir para despertar a sua consciência e fazê-lo na condição de que a melhor maneira para um governante administrar o seu país é, antes de tudo, governar-se a si próprio.

O Brasil hoje amadureceu uma experiência democrática que já é a mais longa em sua história republicana. E nela, a partir das mobilizações que levaram à Constituinte de 1988, o princípio de cidadania demarca as relações entre povo e governantes, num processo de participação ativa que sobrepõe o poder popular a todos os poderes constituídos.

Nenhum governante se legitimará, mesmo sufragado eleitoralmente, se não preservar esse princípio. Veja-se, no último período eleitoral, a força da iniciativa popular em fazer valer a exigência de honestidade com a adoção imediata do critério de “ficha limpa” para homologar candidaturas, vencendo as hesitações mais renitentes do Legislativo, do Judiciário e

de grandes veículos de comunicação.

Abrir-se, pois, à opinião sensata e à divergência, proporcionada por um povo educado, é uma condição para a boa governança – para lembrar o conselho do estadista indiano Kautilya, que viveu 1.800 anos antes de Maquiavel.

Lembrando Maquiavel, é sempre bom guardar seu conselho o perigo de coligações com quem seja mais poderoso, porque na vitória corre-se o risco de dependência aos seus caprichos.

Daí a importância da educação, se não para assegurar o melhor preparo para o exercício da função dirigente, ao menos para livrá-la de outro perigo nefasto que é a adulação. Cercar-se de gente bem-educada, com capacidade crítica, é afastar, propõe Erasmo, as artimanhas do fingimento ou da mentira cujo fim derradeiro é assegurar favores.

O próprio Erasmo, interpretando Diógenes, imagina que o que este tinha em mente (quando replicou à pergunta “Qual o animal mais perigoso de todos?” com a resposta “Se te referes a animais selvagens, o tirano; se falas de animais domesticados, o adúltero”) era revelar, nesse protótipo de depravação da política, a sua expressão venenosa que se manifesta como praga.

É a educação que permite substituir o favor pelo direito. Com ela, pode-se realizar plenamente a condição republicana pela mediação da democracia ou, como na interpretação pertinente de Antonio Cândido, em prefácio a uma das edições de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, o exercício da cidadania contra práticas políticas que se sustentam nos extremos do personalismo e nas relações de família ou de simpatia.

Com a educação, de simples votantes, que permitem a continuidade da política tradicional, os membros ativos da comunidade passam a ser protagonistas permanentes da administração pública. Além de contribuir para o aprofundamento do exercício da democracia na relação entre os cidadãos e o poder público, significa uma possibilidade ampliada para que o bom governante saiba ordenar prioridades de desenvolvimento sustentável e promover justiça social.

STF e Palácio do Planalto (ao fundo): isonomia entre os poderes não pode ser apenas um texto constitucional



GERVÁSIO BAPTISTA/STF

AO LEITOR

Questão de autoridade



ROBERTO STUCKERT

Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

A pressão realizada pelos servidores referente à aprovação do PL 6613/09 teve como resultado um acordo firmado entre os presidentes Lula e Peluso, no sentido de que o projeto seria votado logo após o processo eleitoral. Findo o período das eleições, o Congresso voltou a funcionar normalmente; no entanto, o acordo ainda não foi cumprido. Pior, notícias divulgadas por integrantes do governo fazem colocar em xeque tal compromisso.

O que está em jogo é a autoridade do Poder Judiciário, que não pode ser submissa aos interesses do Legislativo e do Executivo. Sendo assim, é necessário que a cobrança do acordo em questão parta do presidente do STF, autoridade máxima do Poder Judiciário. Afinal, foi um acordo assumido entre dois presidentes. Um acordo que visa não só equiparar o salário dos servidores do Poder

Judiciário ao de carreiras análogas, mas evitar que a instituição em questão sofra um colapso gerado pela evasão em massa de concursados.

É, no mínimo, injusto que o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Poder Judiciário seja o único que para ser aprovado precise passar pelo crivo dos três poderes. A autonomia financeira do Judiciário está contemplada no artigo 99 da Constituição Federal e referendada pela Emenda Constitucional 45. No entanto, para efetivar projetos referentes à sua ampliação e aperfeiçoamento de sua estrutura física e quadro de pessoal, por exemplo, o Poder Judiciário precisa colocar o pires na mão e depender da boa vontade dos outros poderes.

Para que a isonomia entre os poderes deixe de ser apenas um texto constitucional, o Executivo e o Legislativo precisam respeitar e valorizar as demandas do Judiciário. Não é justo que servidores que desenvolvem funções semelhantes a outras carreiras públicas ganhem 80% menos. É preciso que o presidente do STF coloque “os pingos nos is” e faça justiça em relação àqueles que compõem o quadro do Judiciário. É isso que esperamos de Peluso ou de qualquer outro ministro que ocupe esse cargo.

“O que está em jogo é a autoridade do Poder Judiciário, que não pode ser submissa aos interesses do Legislativo e do Executivo. Sendo assim, é necessário que a cobrança do acordo parta do presidente do STF”

Momento de

afirmação

*Aprovação do reajuste
não é apenas uma questão
de evitar a evasão de
servidores, mas também
de resguardar a autoridade
do Poder Judiciário*

Repercutiu em toda a imprensa, na segunda semana de novembro, a defesa do reajuste dos servidores feita pela diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz. Ele rebateu publicamente a crítica do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, à proposta de reajuste de 56% aos servidores do Judiciário, que tramita no Congresso Nacional. Reportagem de Débora Santos, do G1, informa que o diretor-geral “afirmou que o objetivo é evitar a evasão de profissionais para outras carreiras com melhores salários”.

Diniz reagiu a uma declaração do ministro, que chamou de “delirante” o reajuste pretendido. O diretor lembrou também que “a proposta de reajuste de 56% não equipara os vencimentos do Judiciário aos de outros poderes, apenas corrige a defasagem”. Uma defasagem extremamente prejudicial, como ele destacou: “Na medida em que você perde valores, não atrai novos profissionais e perde qualidade. Com isso, você afeta a prestação jurisdicional. O Judiciário vai entrar em colapso.”

O que o diretor-geral do Supremo afirmou chamou a atenção, mas não é uma novidade. “No final de 2009 o ministro Gilmar Mendes, que na época

era o presidente do STF, também cantou essa pedra”, recorda o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, “e reclamou do fato de que o Poder Judiciário estava perdendo seus melhores quadros para as carreiras do Executivo e do Legislativo, que pagavam melhor”, completa.

Para Policarpo, o segundo ponto mais grave em todo esse longo e penoso esforço do governo para retardar a aprovação do novo plano de carreira dos servidores do Judiciário e do Ministério Público – além da demora e de suas óbvias consequências para os servidores e seus familiares – é a crise institucional que se desenha no plano de fundo do Estado, no que diz respeito à independência e à autonomia dos três Poderes da República.

“Quando suspendemos a greve de mais de quarenta dias pela aprovação dos PLs 6613 e 6697, foi pela confiança no acordo feito entre o presidente do STF e o presidente Lula”, lembra Policarpo. “Agora é hora de Peluso cobrar o cumprimento desse acordo. Caso contrário, teremos à vista uma crise grave. Não é apenas uma questão de evitar a evasão de servidores e assegurar o funcionamento da Justiça, mas também de resguardar a pró-



Servidores em greve em dezembro de 2009: pressão pelos PLs

pria autoridade do Poder Judiciário, que não pode se colocar numa posição de submissão”, analisa o coordenador.

O analista político Antônio Carlos Queiroz concorda: “Quando o Poder Executivo se recusa a cumprir a determinação dos órgãos de outros Poderes, que têm autonomia administrativa e financeira, então se estabelece um conflito de competências, de quebra de prerrogativas. Isso é extremamente sério”, alerta ele. E completa: “Há dois compromissos a cumprir aí: a Constituição, que determina a autonomia administrativa, orçamentária e financeira dos Poderes, e a palavra do presidente da República de que precisaríamos apenas esperar as eleições.”

MEMÓRIA

Um longo processo

Não se faz uma reformulação de carreira da noite para o dia. O Sindjus vem mobilizando todos os setores da categoria desde o início do processo de formulação do PCCR, há quase dois anos e meio. “Começou com as discussões setoriais promovidas nos órgãos do Judiciário e no Ministério Público”, relembra Policarpo.

“Foi uma consulta ampla, seguida pelos trabalhos de elaboração dos dois anteprojetos de lei. Depois disso passamos pela fase seguinte, uma fase difícil, a de pressionar para que os PLs fossem encaminhados ao Congresso Nacional a tempo de implementar o reajuste dos servidores ainda em 2010”, continua o coordenador.

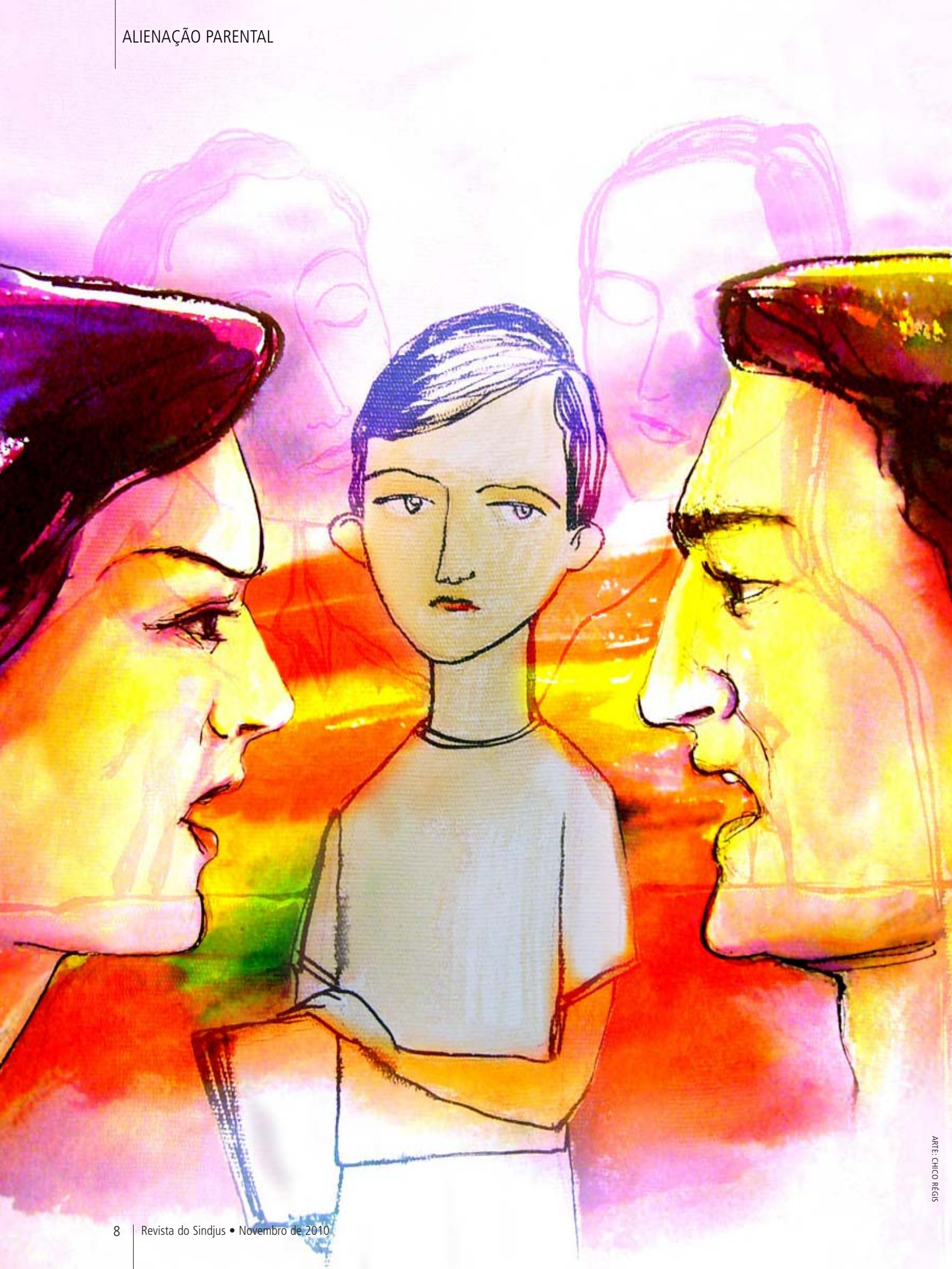
Esse trabalho político, de pressão e de convencimento, foi feito junto ao presidente do STF, que na época era o

ministro Gilmar Mendes, e ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel. “Infelizmente os PLs não foram encaminhados. Tivemos que fazer uma longa greve, os servidores e o sindicato tiveram que pressionar muito para que os projetos fossem mandados à Câmara. E isso já em dezembro de 2009”, recorda Policarpo.

Com muita negociação e muita conversa, o Sindjus conseguiu que os dirigentes do Judiciário se comprometessem a aprovar o PCCR em 2010. E cobrou esse compromisso de todas as formas. “A questão agora é lembrar que, além de fazer justiça aos servidores e reajustar salários defasados há tanto tempo, também está na hora de o Judiciário se afirmar. Chega de ficar de pires na mão diante dos outros Poderes”, finaliza o coordenador.



ARTHUR MONTEIRO



Violência

*Alvo de nova lei,
manipulação da criança
ou do adolescente para
afastá-los de um parente
vira desafio para a Justiça*

emocional

Valéria de Velasco

“**Q**uem mais sofria (coitada!)/era a boneca. Já tinha/toda a roupa estralhada/e amarrotada a carinha./Tanto puxaram por ela,/que a pobre rasgou-se ao meio,/perdendo a estopa amarela/que lhe formava o recheio...”

Quando escreveu o inocente poema contando a disputa de duas crianças por uma boneca, o “príncipe dos poetas brasileiros”, Olavo Bilac, jamais suspeitaria que, 92 anos após sua morte, os versos infantis pudessem ilustrar o drama de crianças e adolescentes submetidos a uma agressão que acaba de sair do âmbito restrito dos consultórios de psicologia e psiquiatria para ganhar os tribunais: a chamada Síndrome de Alienação Parental.

É exatamente assim – rasgando-se ao meio – que vivem os pequenos reféns do abuso emocional a que são submetidos quando o pai, a mãe ou outra pessoa que detenha a guarda se empenha em destruir a ligação da criança com o outro genitor ou parente próximo, como os avós, para afastá-lo do convívio a que tem direito.

Quem mais sofre é a vítima indefesa da manipulação emocional, batizada de Alienação Parental no início da década de 80 pelo psiquiatra, escritor e professor norte-americano Richard Alan Gardner. Ele a definiu como uma “perturbação” que surge principalmente no âmbito das disputas pela guarda e custódia das crianças, e cuja primeira manifestação é uma campanha de difamação contra um dos pais. O problema, analisou,

decorre da “combinação do ensinamento sistemático por parte de um dos pais e das próprias intervenções da criança dirigidas ao aviltamento do progenitor”.

Denegrir a imagem, desqualificar a conduta ou dificultar a autoridade paterna ou materna estão entre os atos classificados como alienação parental na Lei 12.318/10, aprovada pelo Congresso quase três décadas após a discussão aberta por Gardner.

Ocorre alienação parental, de acordo

com a lei (leia na p. 22), quando um dos responsáveis pela criança ou adolescente interfere na sua formação psicológica, fazendo com que repudie um parente e prejudicando o vínculo entre eles. Isso fere direitos fundamentais da criança e do adolescente, constitui abuso moral e representa descumprimento dos deveres de tutela ou guarda. E mais: desestabiliza o equilíbrio emocional da criança, interferindo negativamente e de forma imensurável em seu desenvolvimento.

SINAIS DE ALERTA

Especialistas recomendam atenção a condutas que atingem o outro genitor e representam risco de alienação parental:

- Não passar recados e telefonemas dele (ou dela) para o filho criança ou adolescente.
- Não falar nunca sobre ele (ou ela), ignorando sua existência.
- Desqualificar opiniões, atitudes e presentes dados por ele.
- Esconder ou destruir presentes dados por ele ao filho.
- Não comunicar fatos importantes na vida do filho, como comemorações, questões escolares ou de saúde, afetivas, etc.
- Tomar decisões importantes sobre o filho sem consultar o outro genitor.
- Controlar com rigor excessivo os horários de visita.
- Não permitir que a criança veja o pai (ou a mãe) fora dos horários previamente estabelecidos.
- Queixar-se do outro genitor ou criticá-lo frequentemente.
- Obrigar a criança ou adolescente a tomar partido em conflitos entre a mãe e o pai.
- Fazer o filho espionar a vida do ex-cônjuge.
- Fazer falsas acusações sobre o outro genitor.



DAVIDE GUIGUENMO

Consequências graves

Autor da Lei 12.318, o deputado federal Régis de Oliveira explica que, por ser uma violência emocional, a alienação parental pode causar distúrbios para o resto da vida: depressão crônica, trans-

tornos de identidade, sentimento incontrolável de culpa e de isolamento, comportamento hostil e dupla personalidade. As consequências se manifestam em graus variáveis. Podem surgir sob a forma de problemas escolares e evoluir até o uso de drogas. “A síndrome traz riscos de depressão e pode levar até ao suicídio”, alerta a psicóloga Marília Lohmann Couri, lembrando que a ruptura afeta todo o complexo sistema familiar.

Especialista em terapia familiar e há seis anos na direção de psicologia da ONG brasileira ParticiPais, Marília aponta a desqualificação sistemática do outro genitor entre os principais sinais do processo de alienação, e recomenda atenção. “A repetição das críticas e os motivos fúteis para discriminar estão presentes em frases típicas, como ‘seu pai não serve para nada’, ou em atos como mandar a criança chamar o padrasto ou madrasta de pai ou mãe”, exemplifica.



CARLOS ALVES

Marília: síndrome traz riscos até de suicídio

Insegurança e agressividade

“Não sei mais em quem acreditar. Ninguém gosta de mim coisa nenhuma”, reclamava o brasileiro Renato (*), 11 anos. A queixa veio após a resposta da mãe, a servidora pública Miriam*, à sua pergunta: “Por que você nunca fala da época em que ficou doente?” Nervoso, o menino não se contentou ao ouvir que ela não via razão para ficar falando no assunto, já que estava bem. “Se você não fala eu tenho de ficar com a versão do meu pai”, insistia a criança. “O que ele disse não aconteceu”, repetia a mãe, sem sucesso.

“Isso tudo é uma farsa. Como eu vou saber o que é verdade?”, gritava Renato. A versão do pai, o professor César*, que vê o menino regularmente por acordo de separação, era a de que Miriam havia tentado se matar com uma faca. “Não é verdade. E se fosse, nunca seria assunto para contar a uma criança”, contesta a mãe.

Angustiado, Renato começou a se culpar. “Fico achando que tenho algum

problema”, dizia. Dividido, demonstrava a insegurança que corroía sua autoestima. “Se não confia nos pais e não sabe em quem acreditar, ele não consegue ter confiança nele mesmo”, avalia Miriam, que três anos antes havia sido alertada pela psicóloga para ficar atenta aos indícios de alienação parental.

O problema já a fazia sofrer durante o casamento, mas ela ainda não tinha informações para identificá-lo. As tentativas de desqualificação se acirraram após a separação e se estenderam a toda a sua família, numa ostensiva declaração de ruptura. “Pelos comentários e perguntas que meu filho faz, percebo claramente que ele (o ex) tenta incutir a ideia de que não tenho equilíbrio, não dou conta de resolver os problemas”, conta Miriam. “Sei o quanto as tentativas de me depreciar abalam o menino. Ele volta muito alterado, agressivo, nervoso. Isso é preocupante, porque não é uma característica dele.”

DIREITOS EM JOGO

O que diz a Lei 12.318

Conhecida com a Lei SAP (iniciais de Síndrome de Alienação Parental), a Lei 12.318 tipifica como ilegais condutas que coloquem em risco os vínculos e as relações afetivas entre as crianças e adolescentes e os seus parentes. Ocorre alienação parental quando um dos responsáveis interfere na formação psicológica da criança ou adolescente, fazendo com que repudie o outro genitor ou integrante do grupo familiar, prejudicando o vínculo entre eles.

Medidas

No artigo 4º, a lei determina que o processo tem tramitação prioritária e o juiz pode optar pela aplicação de medidas provisórias para preservar a integridade psicológica da criança ou adolescente envolvido e assegurar sua convivência com o genitor. Assegura a visitação assistida, “ressalvados os casos de iminente risco à integridade física ou psicológica da criança”, desde que comprovado por profissional designado pela Justiça.

Perícia

Constatado indício da prática de ato de alienação parental, o juiz poderá, se necessário, determinar perícia psicológica ou biopsicossocial. A lei define os critérios para as perícias e dá prazo de 90 dias para a apresentação dos laudos.

Punição

As penas para os atos de alienação parental variam entre advertência, multa, ampliação do regime de convivência familiar em favor do genitor alienado, determinação de acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial, alteração ou inversão da guarda para guarda compartilhada, fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente e suspensão da autoridade parental.

**De acordo com a nova lei,
são atos de alienação parental que
justificam a abertura de processo:**



Desqualificar a conduta ou dificultar a autoridade parental do outro genitor; impedir o contato dele (ou dela) com a criança ou adolescente.



Omitir informações pessoais relevantes, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço.



Apresentar falsa denúncia contra genitor, familiares deste ou avós, visando obstruir a convivência deles com a criança ou adolescente.



Mudar-se para local distante, sem justificativa, para dificultar a convivência com o genitor, familiares deste ou com avós.



ARQUIVO PESSOAL

Analdino
com Lula
e a filha
Amanda:
desistir,
nunca

A luta de Analdino

Apesar de não haver pesquisas numéricas sobre alienação parental no país, Marília Lohmann avalia, com base nos mais de vinte anos de experiência em psicoterapia individual e familiar, que situações como a de Miriam representam minoria. "Em noventa por cento dos casos a alienação é feita pela mãe. Mas hoje em dia existem até avós cometendo esse ato", revela.

O presidente da Associação de Pais e Mães Separados (Apase), Analdino Rodrigues Paulino, engrossa o lado mais numeroso dessa estatística informal. "Sou pai separado e sofri com esse problema durante oito anos e meio", afirma. O esforço para garantir o direito de participar da vida das filhas Amanda e Gemina, na época com 2 e 8 anos de idade, respectivamente, envolveu 22 processos judiciais. Além da penosa batalha jurídica ele enfrentava o obstáculo imposto pelos 936 quilômetros que separavam sua casa, em São Paulo, do novo domicílio das duas meninas, levadas para Goiânia pela ex-mulher. Em nenhum momento, no entanto, cogitou desistir das filhas.

"Fui o primeiro caso de guarda compartilhada em estados separados concedida pela Justiça", contou Analdino, por telefone, de Boa Vista, em Roraima, aonde foi divulgar a Lei 12.318, a convite do Tribunal de Justiça do estado. "A lei tramitou rapidamente e pegou antes mesmo de ser aprovada. Caiu no gosto do Judiciário e da mídia", comemora. Não era para menos. A Apase, organização não-governamental com sede em São Paulo e mais de dez mil associados, investiu na tese de que a união faz a força. Preparou o anteprojeto da lei que tipifica as manobras contra a saúde das relações parentais e procurou o deputado paulista Régis de Oliveira, que cuidou de elaborar o projeto e apresentá-lo na Câmara dos Deputados.

A luta pela rápida aprovação ficou por conta da combativa rede de organizações de pais e mães separados impedidos de participar

da vida dos filhos. Todos tinham presa. Afinal, filhos não precisam de autORIZAÇÃO judicial para crescer. E o tempo não espera. Analdino, que percorria os tribunais enquanto as duas filhas faziam a passagem da infância para a adolescência longe dele, sabe de cor o caminho dos corredores entre as salas por onde circulam os parlamentares que de-

cidem as leis do país nas duas casas do Congresso Nacional.

"Fiquei em Brasília por 45 dias, fazendo lobby. No Brasil há o lance da lei que não pega e nós não podíamos permitir que se isso acontecesse", explica. "Nós", na conta

de Analdino, são os responsáveis pelos vinte milhões de crianças e adolescentes filhos de pais separados no país. "Uma pesquisa DataFolha, de 2007, mostra que um terço dos 60 milhões de brasileiros na faixa de zero a 17 anos encontra-se nessa situação. E desse total, podemos afirmar que 80 por cento, ou seja, 16 milhões, sofrem algum tipo de alienação parental", estima o presidente da Apase.

Os números amparam o trabalho da associação, que no site usa o slogan "Não enfrente seus problemas sozinho". Inspiram também a criação, país afora, de outras organizações de defesa da igualdade parental e do direito dos pequenos ao equilíbrio que ela pode proporcionar (veja na página ao lado). "Não podemos cruzar os braços. O homem vem sendo discriminado há décadas nas varas de família. Temos um Judiciário conservador", justifica Analdino, editor de livros jurídicos

que se especializou em mediação de conflitos familiares.

O esforço coletivo rendeu outros avanços. A Lei 11.698, que regula a guarda compartilhada, de autoria do deputado federal Tilde Santiago, do PT mineiro, também nasceu de um anteprojeto da Apase. E, em 2009, a Lei 12.013, que manda as escolas prestarem informações sobre os alunos aos dois genitores, estendeu a todo o país os benefícios de medida semelhante adotada no DF, em 2006, com a Lei 3.849, apresentada pelo ex-deputado Augusto Carvalho (PPS) a pedido da ONG ParticiPais. Só criar leis, no entanto, não basta. "É preciso divulgar, senão vai continuar tudo do mesmo jeito", teme a diretora do ParticiPais Marília Lohmann. Ela acredita que, se divulgada, a lei da alienação parental vai ajudar muito, "para que as pessoas pensem: 'vou com calma, senão posso perder a guarda do meu filho'..."

EPIDEMIA

Pesquisa DataFolha aponta que

20 milhões

de crianças e adolescentes são filhos de pais separados. Desse total, estima-se que

80%

sofrem alienação parental, ou seja, essa violência chega a atingir 16 milhões de jovens

Justiça precisa de bons profissionais

Assessora jurídica do Programa de Proteção às Vítimas de Violência, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF, a advogada Iara Lobo de Figueiredo concorda que a lei impõe um caráter educativo ao tipificar a conduta abusiva, mas levanta uma dúvida: "Será que todos os tribunais de Justiça do país terão técnicos da área psicossocial capacitados para assessorar os magistrados nas delicadas questões que envolvem a alienação parental?"

A advogada ilustra a preocupação com o caso de uma pequena vítima de apenas quatro anos de idade, submetida a um duplo processo de alienação. Os diplomas de curso superior obtidos em universidade de renome que os dois genitores ostentam não conseguem detê-los na prática de atos que a nova lei penaliza: de um lado, a mãe, que tem a

guarda, acumula denúncias de maus-tratos e adota atitudes como inventar doenças no período de férias para que a menina não viaje com o pai, mudar-se constantemente de casa para não ser encontrada e outros tipos de sabotagens. O pai, por sua vez, ensina a criança a espionar a mãe e grava a menina em vídeos induzindo-a a fazer denúncias.

O drama, segundo Iara, dá a dimensão das dificuldades que a Justiça vai enfrentar se não receber o suporte necessário. "De nada adianta aprovar uma lei sem dar subsídios e instrumentos para que ela seja aplicada. É preciso assegurar a presença de psicólogos capacitados para as demandas que envolvem o desenvolvimento psíquico das crianças e adolescentes, que são sempre o lado mais frágil nas disputas parentais", avalia.



Iara: "De nada adianta uma lei sem subsídios para sua aplicação"



FOTOS: CARLOS ALVES

Soraya: "Fico muito orgulhosa desse movimento de brigar pelo espaço a que pais e filhos têm direito"

Um olhar de cuidador, não de vingança

Para que o lado mais frágil não se rompa, como no poema de Bilac, é preciso capacitar o olhar sobre a criança e o adolescente, pondera a psicóloga Soraya Kátia Rodrigues Pereira. "A alienação provoca uma cisão e às vezes a gente não consegue costurar. É uma cisão em que a criança tem de saber como se porta com a mãe, como ela é e se porta com o pai, e como ela é e se porta com a sociedade. São três formas de agir para poder se estruturar. E se essas três formas não combinam entre si, é desestruturante, é enlouquecedor, a criança não consegue sair. Cai num processo depressivo, de uma tristeza crônica. É uma dor crônica, porque é reflexo de uma violência", descreve Soraya. E o pior, aponta, "é tendência a se isolar, a descrença e a frieza emocional que ela usa para se proteger, para não sofrer".

Especialista em psicologia infantil e presidente do Aconchego, organização não-governamental de apoio à adoção e ao apadrinhamento afetivo, Soraya considera a nova lei positiva, por permitir identificar o problema. "Antes sequer se dava o direito à criança de se fazer ouvir, achava-se que os adultos não seriam capazes de fazer o que relatavam.

Mas sabemos que a violência do adulto é muito grande e que as crianças reproduzem o modelo", afirma. Ela defende que as crianças sejam cuidadas com "um olhar de direito", "um olhar de compaixão, que significa enxergar quem é essa pessoa" e que a justiça seja muito firme. Para isso, alega, "é importante que os magistrados, por lidarem com emoções muito fortes, se instrumentalizem e tenham a assessoria técnica de profissionais da área psicossocial".

Mais positivo ainda, na avaliação da psicóloga, é a participação dos pais nos movimentos que estão provocando a aprovação de leis que possibilitam a igualdade parental e abrindo espaço para transformar a tradicional cultura de posse em uma cultura de "cuidador" dos filhos. "Os pais estão assumindo a luta pela igualdade parental com muita precisão e provando que são capazes", acredita Soraya. "Eles estão lutando por seus direitos com um olhar de cuidador, e não de vingança. Fico muito orgulhosa desse movimento de brigar pelo espaço a que eles e os filhos têm direito."

Foi o olhar de cuidador que devolveu a paz a Analdino. A distância física não separa mais pai e filhas. Eles se fa-

lam todos os dias e usam a internet até para a ajuda nos deveres de casa. Amanhã, hoje com 13 anos, acompanhou o pai no lobby pela aprovação da igualdade parental no Congresso e sempre que as aulas permitem segue com ele nas viagens de divulgação da nova lei e nos trabalhos de mediação de conflitos familiares. De quebra, a menina mediou a saia justa entre os pais, que voltaram a se falar amigavelmente nove anos e 22 processos judiciais depois. "Cada um tem de fazer as concessões possíveis para atingir o ponto de equilíbrio. Não precisamos carregar a vida inteira as dores do passado", ensina Analdino.

Em busca de igualdade

Conheça a rede de organizações que atuam na defesa dos direitos dos pais e filhos:

- www.apase.org.br
- www.paisparasemprebrasil.org
- www.pailegal.net
- www.movimentopaistorjustica.blogspot.com
- www.amasep.org.br
- www.projetoaconchego.org.br

**Yuri Matsumoto Macedo**

formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.



André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDF, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APB).

Neste espaço, os psiquiatras Yuri Matsumoto Macedo e André Luis Macedo publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Está todo mundo em pânico?

Figurinha fácil hoje em dia, o pânico tem sido considerado um dos males da vida moderna. Apesar disso, é apenas um dos transtornos da ansiedade, tão antigos quanto a própria humanidade. Até mesmo animais podem ter reações ansiosas exageradas. O nome “pânico” se deve à antiga crença grega de que o deus Pã, guardião dos bosques e florestas, paralisava a quem o encarasse por sua feiúra.

A característica principal desse transtorno é o ataque de pânico, uma combinação de sintomas físicos e pensamentos desagradáveis, que ocorrem sem que haja uma doença física grave o suficiente para causá-los. Essas sensações são tão intensas que frequentemente as pessoas acham que estão tendo um infarto ou derrame, e muitas procuram a emergência de um hospital geral. Seus sintomas são:

- Taquicardia (coração “acelerado”), palpitações (sentir o coração batendo descompassado no peito), dor na região do coração.
- Sensação de falta de ar.
- Tremores, formigamentos.
- Suor excessivo, palidez.
- Enjoo ou dor abdominal.
- Sensação de morte iminente e outras sensações como estar fora de si, estar enlouquecendo, estar estranho.

Muitas pessoas terão ao longo de suas vidas pelo menos um desses episódios diante de uma situação estressante. Porém, outros 3,5% da população os terão repetidamente e sem motivo algum, levando ao medo extremo de que essas ocorrências retornem, além de sérias alterações de comportamento. Nesses casos chamamos o distúrbio de Transtorno do Pânico ou Síndrome do Pânico.

O pico dos ataques de pânico pode durar apenas de um a dez minutos. Porém, os portadores do transtorno permanecem com a constante preocupação com a próxima crise, já que elas são imprevisíveis e repetidas. A partir disso, o portador pode começar a evitar situações

semelhantes as do último ataque (por exemplo, se estava no ponto de ônibus, passa a não ir mais ao ponto; se estava dirigindo, passa a não dirigir). Ou pode querer sair somente acompanhado, por medo de não ser socorrido. Em casos mais graves, pode até mesmo deixar de sair de casa para trabalhar ou estudar.

A boa notícia é de que o tratamento existe e costuma ser eficaz tanto nas crises quanto na prevenção. Após peregrinar em pronto-socorros, passar por médicos clínicos e realizar exames de toda sorte, grande parte dos portadores melhora rapidamente ao ser esclarecido e adequadamente tratado com medicamentos e psicoterapia.

DEPOIMENTOS

Medo de ter medo

“Antes de ter minha primeira crise eu tratava o pânico como frescura de pessoas que tinham medo de tudo e de qualquer coisa. Sempre fui muito ansioso. Sempre quis viver o amanhã ontem. O depois agora. Não conseguia curtir nenhum momento se houvesse qualquer pendência. Acho que tudo isso foi se acumulando, até que meu corpo entrou em colapso.

Na crise de pânico a angústia é absurda. O corpo liga o alerta e o instinto de sobrevivência é acionado. Mas qual é a ameaça? Não há ameaça grave. Essa é a questão. O corpo reage como se houvesse um risco enorme em estar num engarrafamento, num elevador, numa festa em que haja muitas pessoas. E essa sensação piora quando o temor passa a ser o medo de ter medo.

Exemplificando: se eu tenho uma crise no cinema, passo a evitar o cinema pois posso ter uma crise lá novamente (aconteceu comigo). Na verdade, a sensação que o pânico provoca é a de que você mesmo



é seu pior inimigo. O seu corpo quer lhe pregar peças.

Sempre fui bastante racional e controlado. Imaginei que o pânico seria outra coisa que eu podia controlar. Mas não consegui. Eu me convenci de que o pânico, assim como a gripe, é uma doença qualquer que deve ser tratada e que você simplesmente não controla.

Então me despi dos preconceitos em relação aos remédios e passei a me tratar. Hoje estou controlado e me sinto capaz de dar esse depoimento para auxiliar aqueles que se identifiquem com os sintomas, assim como ler sobre o assunto me ajudou.

E ainda dou o recado: há total esperança para você! Imagino, sinceramente, que hoje sejam muitas, milhares, milhões de pessoas que convivam com transtornos de ansiedade. Mas tem tratamento. Tem controle. Não precisamos ser reféns. Não precisamos ter medo desse medo. Do contrário, paramos de viver. E não viver é começar a morrer."

J. Bonifácio Silva, 24 anos, advogado

Lidando com os monstros

"Um dia as coisas ficaram diferentes. Meu corpo simplesmente se voltou contra mim. Meu coração acelerou, minhas mãos e pés suavam frio, minha respiração ficou curta e falha. A sensação era de estar perdida em mim mesma. Dormir, me concentrar, pensar em coisas positivas era impossível, pois toda a minha atenção era para o meu corpo e as minhas sensações. Ao procurar ajuda, pude perceber minhas fragilidades, comuns a todos os seres humanos, e aceitá-las. Faço tratamento com medicamentos e psicoterapia e estou aprendendo a lidar com meus "monstros" – e principalmente com minha ansiedade, que faz parte de mim e me torna quem sou."

Bia, 33 anos, psicóloga

Quando o mundo desaba

"Em outubro de 2008 tive a minha primeira crise de pânico. Os sintomas foram muita falta de ar e uma sensação de dormência pela face. No primeiro ano tive algumas recaídas, mas vi que estava enfrentando os problemas que me levaram ao pânico e era normal isso acontecer. Levei a vida sempre no limite, fazendo muito esforço em tudo o que fazia. Sempre procurei fazer tudo corretamente, sem admitir falhas ou erros. Quando acontecia o mundo desabava na minha cabeça, fazia uma tortura em mim mesma. Não me dava a oportunidade de falhar e recomeçar novamente. Melhorei com ajuda de um psiquiatra e de um psicólogo, e isso foi realmente fundamental. Hoje não estou 100%, mas vejo uma grande melhora a cada dia. Tenho uma vida com mais pé no chão, com uma base mais sólida."

Carolina, 38 anos, promotor

Em prol da vida

Cristina fez “das trevas luz” ao superar uma tragédia e chegar ao comando de quase 600 voluntários dedicados a ajudar pessoas carentes

Deniza Gurgel

“**U**ma loucura”: é assim que Cristina Del’Isola, 52 anos, define sua rotina. Há cinco anos ela se divide entre ser mãe, esposa, psicopedagoga, dona-de-casa e responsável pelo Movimento Maria Cláudia Pela Paz. E em outubro deste ano lançou seu primeiro livro, *O conto e o encanto de uma estrela*, que terá a renda dedicada às ações do movimento.

PARTICIPE

Para ser voluntário do Movimento Maria Cláudia Pela Paz basta se cadastrar no site www.mariaclaudiapelapaz.org. Lá pode-se acessar informações sobre os projetos realizados

Cristina é mãe de Maria Cláudia, assassinada aos 19 anos pelo caseiro da família, em 2004. “Quando tudo aconteceu, recebi manifestações de solidariedade das mais diversas formas, não só de vizinhos, amigos e familiares, mas também de desconhecidos da grande maioria dos estados brasileiros, até de outros países”, recorda. Foi como um agradecimento a esse carinho que Cristina criou, em 2005, o Movimento Maria Cláudia Pela Paz, para ajudar de diversas formas aos que precisam.

“É a forma que eu encontro, hoje, de agir por mim e por ela. Isso me fortalece muito, mas não concordo com quem diz que é necessário passar por uma tragédia

para agir”, diz Cristina. “Muito pelo contrário. O Movimento Maria Cláudia é uma entre inúmeras ações que mostram que, quando a gente quer fazer o bem, a gente pode. O que nós não podemos é permanecer com um discurso vazio de que não conseguimos ou não podemos. Se for para ser assim é melhor ficar a distância, vendo as coisas acontecerem”, completa.

É com essa certeza que Cristina vem tocando o Movimento, hoje com quase 600 voluntários. O trabalho não se limita à ajuda material: passa também pela evangelização e pela realização de sonhos. Um exemplo foi o casamento de Cilma Paula e Francisco da Conceição Carvalho, em julho deste ano. A noiva sofreu, em janeiro, um grave acidente e precisou de mais de 40 bolsas de sangue. Com a ajuda do Movimento, o casal conseguiu autorização para se casar no Hemocentro de Brasília, como um agradecimento aos serviços prestados. E, de quebra, ajudou a conscientizar a população sobre a importância de doar sangue. Como presente de casamento, os noivos pediram aos convidados doações para salvar mais vidas.

Uma das ações do Movimento é o Natal Solidário. Todos os anos várias atividades são realizadas para arrecadar fundos. Uma equipe fica responsável por receber as demandas e decidir que grupos

serão atendidos. Em dezembro, Marco Antônio Del’Isola, marido de Cristina, veste roupa vermelha e barba branca, levando o Papai Noel a crianças carentes.

“Já fizemos um Natal Solidário para duas mil crianças no Sesc Ceilândia. Fizemos outros em hospitais. Cada ano a gente procura levar um pouquinho de luz às comunidades que necessitam. E querendo ou não, o maridão tem a missão de se vestir de Papai Noel”, brinca Cristina.

A responsável pelo Movimento explica que, apesar de não existir um público-alvo específico, as crianças acabam sendo mais assistidas. “Elas são a grande espe-

JOSÉ ROSA



Cristina Del'Isola: "Quando a gente quer fazer o bem, a gente pode. O que não podemos é permanecer com um discurso vazio"

rança. Temos que zelar para que de fato cresçam de forma saudável, não só no que se refere à saúde orgânica, mas principalmente à saúde mental. É preciso que sejam bem educadas", avalia.

Talvez por isso, hoje um dos grandes atendidos pelo Movimento Maria Cláudia Pela Paz é o Instituto Nossa Senhora da Piedade, na QI 5 do Lago Sul. O local é administrado por freiras e atende meninas carentes. No ano passado o casarão teve o telhado condenado, e os voluntários do Movimento realizaram bingos, desfiles e bazares para bancar a obra, de R\$ 35 mil.

O livro *O conto e o encanto de uma*

estrela também é um reflexo do xodó de Cristina pelas crianças. Ela nunca pensou em ser escritora, mas sentiu necessidade de passar aos pequenos uma mensagem positiva, para combater todo o medo e a descrença que se percebe hoje no ser humano.

Há também outro trabalho com um lugar especial no coração dessa mulher, que encontrou na ajuda ao próximo um apoio para superar seu próprio sofrimento. Todos os domingos, das 9h às 11h, o grupo realiza uma evangelização com os idosos do Lar São Francisco de Assis, em Santo Antonio do Descoberto. "Fazemos um momento de oração, de reflexão. Conversamos com eles

sobre vários assuntos e tentamos mostrar que podemos nos envolver para ter um Brasil melhor", diz Cristina.

Ela acredita que o maior incentivo é a vontade de ver um país solidário e comprometido com a vida. "Tentamos mostrar de forma simples a possibilidade de fazer das trevas luz, do luto uma luta. Nunca vivenciamos um período tão conturbado em relação aos valores essenciais para viver bem em sociedade, de forma civilizada. Por isso procuramos refletir sobre cada problema para não apenas encontrar soluções, mas também aprender com as dificuldades", reflete.



A FESTA

É LIBERTÁRIA

TT CATALÃO

No mês (ano, século) da consciência negra precisamos atualizar nosso repertório de lutas. Há uma estética nova para cada narrativa. Velhos panfletos e seus discursos ociosos repetem mais do mesmo e conceitos que se pretendem revolucionários, às vezes, não assumem a concretude dessa revolução: são débeis na linguagem e proclamam Vida com a disposição entediada do bolor sem convicção profunda.

Por muito tempo creditava-se festa à alienação. Para ser "sério" tinha que abolir o princípio do prazer e só a culpa sofrida dos carrancudos poderia habilitar um real combatente ou militante pelo tal "mundo melhor". Acontece que na raiz do ato comprometido pelas causas de um coletivo fraterno e socialista, ou comunita solidário, está a atitude da pessoa que incorporou mais fundo que a pele a força dessa transformação.

Ariano Suassuna (às vezes "ridicularizado" como xenófobo, medieval, tradicionalista ou Polícarpo Quaresma sertanejo), em sua lúcida leitura de que há uma erudição profunda no fazer, ser, criar popular, proclamava a extraordinária moral combatente da resistência brasileira pela capacidade da festa. Isso a gente sente, vê, compartilha a cada chegada em um Ponto de Cul-

tura instalado em regiões de extrema carência física e ainda recebe a generosa dádiva do canto, da dança, da beleza, da arte viva de um povo com tudo contra, imerso numa área conspiradora para a criação estética.

Temos o milagre da arte a transfigurar pessoas e comunidades em uma felicidade de guerra. Quando a realidade do ima-

ginário é a profundamente "real" por trazer a essência. Nesse contato revitalizador onde não há "periferias", pois no lugar que transmite um saber, um pensar, um fazer, faz dele um centro emissor percebemos a grande teia da diversidade cultural e suas complexas interações com novas tecnologias e linguagens. Há uma semana de 22 acontecendo toda semana nessa nova realidade cultural brasileira (ainda oculta para a grande mídia e acadêmicos), nascendo de baixo pra cima e aos poucos se revelando em uma festa que liberta e é libertária.

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira”
Gil e Wally em Zumbi

A FESTA LIBERTÁRIA

Privilégio de poucos

Falta de infraestrutura e de informação faz com que brasilienses aproveitem pouco as águas



O lago Paranoá é tema de música e poesia, testemunha de juras de amor, cenário do mais bonito por-dosol da cidade. Serve para amenizar o clima seco da capital do país, para o esporte e o lazer. É também fonte de alimentação para centenas de famí-

lias, que pescam para variar o cardápio. Mas esse lugar cheio de mistérios e lendas é pouco aproveitado pelo brasileiro. Ou melhor: é mais aproveitado pelo brasileiro abastado, que tem lancha, jet sky e mora nos terrenos chamados de ponta-de-picolé — no final da rua e na beira da água. Mesmo assim, cada vez mais moradores

da capital enfrentam as barreiras de acesso e frequentam as águas do Paranoá.

É o que faz todos os dias, às 8h, a produtora de tevê Lia Tavares, 30 anos. Assim que soube que ia morar em uma chácara no Setor de Mansões do Lago Norte (MI), há dois anos, bem próximo a uma das margens do Lago Paranoá, ela logo mandou fazer um caiaque e aprendeu a remar. A motivação não era a prática esportiva, mas sim o interesse em usar as águas como transporte para ir ao trabalho. É isso mesmo. Ela só precisa atravessar pouco mais de um quilômetro entre uma margem e outra para chegar até a sede da União Planetária, na QL 13 do Lago Norte. Faz o trajeto em 15 minutos. Para ir de carro, teria que dar uma volta de 22 quilômetros.

Para carregar o caiaque até a margem ela precisa da ajuda do marido, que a leva de carro até o Piscinão do Lago Norte, na altura da MI 5. E na volta, ele também o espera, às 14h. "Não pego trânsito, não fico estressada, não poluo o

meio ambiente e ainda pratico esporte. Foi a saída perfeita que encontrei para chegar ao trabalho. Sem falar que medito enquanto deslizo nas águas do Paranoá", conta Lia. A produtora leva uma mochila com roupas e sapato para trocar assim que chega ao trabalho.

Os colegas de trabalho já estão acostumados com o espírito aventureiro da produtora. Por conta da insistência deles, comprou um colete salva-vidas. Como sabe nadar, Lia achava o equipamento desnecessário. Contudo, é preciso contar com imprevistos, como câimbras ou uma ondulação muito grande nas águas. "É que na época de chuva o lago fica bastante 'mexido'", explica Lia. Quando chega ao trabalho ela geralmente tem um colega esperando na beira do lago, para ajudá-la a carregar o caiaque.

Quando chove fino, Lia usa uma capa. Mas, quando a chuva está muito forte, ela prefere não arriscar. A produtora conta que já passou susto e demorou 25 minutos para atravessar por causa da água "mexida". E já encontrou capivaras, patos e peixes. "O que me deixa triste é encontrar sacos plásticos e garrafas boiando. E já vi cacos de vidro nas margens", afirma.

Lia é tão apaixonada pelo Lago que nem mesmo a gravidez de sua segunda filha a impediu de navegar no caiaque. Ela remou até os sete meses de gestação e teve apoio da obstetra.

Antes de usar o caiaque, ela ia de bicicleta para o trabalho. O espírito aventureiro a acompanha desde a época de estudante, quando tinha o hábito de se locomover pela cidade em duas rodas. Era uma forma de economizar tempo e dinheiro com as passagens.

SEM APOIO

O Distrito Federal tem mais de

11 mil

embarcações registradas, o que nos garante a posição de

3ª

maior frota náutica do país. Entretanto, não há no lago um só píer ou marina públicos.

Lia vai para o trabalho de caiaque: quinze minutos remando ao invés de encarar um trajeto que, se feito de carro, seria de 22 quilômetros

CARLOS ALVES

Saúde, paz e contato com a natureza

O sol não apareceu completamente no céu de Brasília, mas o servidor público federal Ângelo dos Santos, de 34 anos, já está pronto para remar nas águas do lago Paranoá. São exatamente 6h15 da manhã de uma terça-feira e começa mais uma semana de treinamento para Ângelo, que não falta às aulas de remo. De terça a sábado, o horário de treinar é sagrado. "Ele é muito dedicado", comenta o professor de Remo do Clube Naval, Cláudio Pinheiro.

São muitos alunos que têm uma rotina semelhante à de Ângelo: remam e depois vão trabalhar. Mas ele se destaca pela força e vontade de vencer. Em 1994, quando tinha apenas 18 anos, teve que amputar a perna direita devido a um tumor. Mas

isso não foi empecilho para que procurasse um esporte que o ajudasse a manter a forma e também a relaxar.

Em 2006, quando chegou a Brasília vindo do Paraná, Ângelo procurava um esporte que aliasse diversão, lazer e cuidados com a saúde. A perna esquerda não suportaria o peso caso ele engordasse. Então, por recomendação médica, ele tem que praticar exercícios físicos. "Como não tenho a perna direita, outro tipo de esporte seria mais difícil. Então optei pelo remo, justamente pela facilidade de utilizar os braços e não tanto a perna, ou pelo menos não necessariamente as duas pernas", explica.

Ele relembra: "Eu comecei a vir, gostei muito e estou aqui até hoje. O exercício é

muito relaxante e estar no lago é maravilhoso. Saio daqui pronto para trabalhar, bem disposto, e consigo manter a forma." Ângelo explica que o Paranoá já faz parte da sua história: "Acredito que o lago conta um pouco da minha história em Brasília, e é uma história muito bonita."

Ângelo já participou de diversas competições na cidade, mas lamenta o fato da capital federal não oferecer o remo para os atletas com deficiência. Ele tem que competir com pessoas sem deficiência, os "duas pernas", como ele os apelida. Mas isso não o distanciou das competições — ele já se classificou até em terceiro lugar. Foi na competição Troféu Brasil de Remo, no Rio de Janeiro. "Foi muito emocionan-



Ângelo: "Saio pronto para trabalhar, bem disposto, e consigo manter a forma"

te estar em outra cidade e ter a oportunidade de participar de uma competição nacional. Eu só tinha competido em Brasília”, conta o atleta.

Segundo o professor de Ângelo, Cláudio Pinheiro, ele só chegou em terceiro lugar porque os dois primeiros tinham as duas pernas. “Ele ficou em desvantagem”, considera. Mas o servidor não se abala. Sorridente, Ângelo se despede de mais um dia de treinamento e sai carregando o barco, com o auxílio de duas muletas.

Outra praticante de remo no Lago, Dilma Bett diz que não pretende parar tão cedo. “Faz apenas um ano e oito meses que eu pratico esse esporte. Em novembro de 2008 tive um problema de saúde, desenvolvi um tumor maligno na tireóide. Então o oncologista disse que eu deveria emagrecer, fazer exercício e manter uma vida sau-

dável. Foi aí que procurei o remo”, conta.

De terça a sexta, Dilma chega ao Clube Naval às 6h10 para as aulas e treinos. “Eu acho maravilhoso o contato com o lago e com a natureza. Se existe vida sau-

dável é esta: convivo com as garças, biguás e tartarugas. Na semana passada mesmo eu decidi ficar à deriva porque tinha uma tartaruga perto do meu remo”, recorda ela.

Diversidade de espécies

O lago foi construído com as águas represadas do rio Paranoá, ainda no governo de JK, para aumentar a umidade do ar na capital. Tem 48 quilômetros quadrados de extensão, 80 quilômetros de perímetro e profundidade máxima de 38 metros.

Uma das aves mais comuns que habitam o lago é o biguá. São também encontrados garças, águias-pescadoras, matracas, marrecas-pé-vermelho e marrecas-irerê.

Entre os mamíferos há lontras, capivaras, cuícas-d’água, ratos-

d’água, micos-estrela, gambás-de-orelha-branca e ratos-do-campo. Há também o jacaretinga, uma espécie nativa que prefere as águas mais rasas e com mais vegetação.

Desde o ano 2000, após a despoluição do lago, a pesca é permitida e incentivada. A maioria dos peixes são tilápias, espécie não nativa, assim como o tucunaré e a carpa, esta última introduzida especialmente para a limpeza das águas contra as algas. As espécies nativas são cará, lambari e traíra.

Dilma: “Se existe vida saudável é essa: convivo com as garças, biguás e tartarugas”



Passeio de barco:
proposta é estimular
a consciência
ambiental e preservar
a memória da cidade

DARSE JÚNIOR

Turismo com viés cívico e ambiental

Uma iniciativa pioneira tem despertado a atenção daqueles que não têm recursos financeiros para comprar barcos, caiaques ou lanchas. Trata-se do catamarã Mar de Brasília.

Os registros do diário de bordo mostram que um total de 3.063 pessoas navegaram no barco desde que ele começou a funcionar, no dia 1º de junho deste ano. Metade delas é de crianças. Em média, são 610 pessoas por mês.

A proposta é democratizar o acesso ao lago,

despertar a consciência ecológica nas crianças e adolescentes, preservar a memória de Brasília, por meio da história da criação do lago Paranoá, e oferecer à população e aos turistas a experiência de ver a capital da República por um ângulo novo.

A busca pelo serviço no site de compras Peixe Urbano em 30 de setembro passado demonstrou o interesse dos brasilienses e turistas em aproveitar o lago Paranoá. Em apenas um dia a Mar de Brasília vendeu 1.768 ingressos, válidos para os próximos meses. Os bilhetes custam R\$ 25 por pessoa. "Temos um patrimônio natural inestimável em nossa cidade e precisamos nos aproximar dele", comentou um dos diretores da empresa, Marcos Vinicius.

Darse Lima Júnior, sócio da Mar de Brasília e irmão de Marcos, conta que a ideia surgiu quando a família, que tem um veleiro, pensou em quantas pessoas não tinham aquela oportunidade. "Começamos a imaginar uma forma de democratizar isso. E vimos que é importante a conscientização ambiental para se preservar o meio ambiente", afirma.

A Mar de Brasília é uma empresa que aposta também na responsabilidade social. O programa prevê a inclusão de passeios com custos mais em conta para crianças de rede pública e idosos atendidos em asilos do Distrito

Federal. Eles recebem informações sobre a fauna e flora do lago e noções sobre preservação ambiental. As crianças recebem uma carteirinha de Defensor do Lago.

Há também o viés cívico. Os passeios turísticos saem no Royal Tulip Brasília Alvorada (antigo Blue Tree) e seguem para a Ermida Dom Bosco, o Palácio da Alvorada, residência oficial do Presidente da República, e a Ponte JK. O passeio dura em média uma hora e quinze minutos. Enquanto isso, os passageiros são informados sobre cada monumento. Fotos do início da capital e do início da criação do lago são projetadas na TV de plasma, ao som de uma trilha musical.

Um pouco da história da cidade é revelada aos turistas e moradores. Marcos Vinicius, no meio do passeio, conta curiosidades do lago. Entre elas, que há vestígios de uma vila submersa no Paranoá, a Vila Amaury, onde moravam antigos operários da época da construção de Brasília, de 1959. Amaury é o nome de um dos engenheiros envolvidos na aventura da construção da nova capital.

MALTRATO

Em 2009 foram retiradas

55t

de lixo do lago Paranoá,
quantidade equivalente a

4 milhões

de latinhas de refrigerante.
Se fossem empilhadas, fariam
uma torre com a altura de

600km

Mas o vilarejo era provisório. Os moradores foram avisados pelos engenheiros que a vila acabaria – seria inundada quando fosse formado o lago. A represa no rio Paranoá seria inaugurada em breve. E a água chegaria com o tempo. Dizem até que alguns resistentes moradores só saíram da vila quando a água já estava na cintura.

O barco passa embaixo da Ponte JK e faz uma pequena parada. O guia repassa informações sobre o monumento, data da construção, prêmio de ponte mais bonita do mundo, valor do investimento e, em seguida, volta a

atenção para o próprio lago. Ele fala do processo de assoreamento, explica que a balneabilidade do espelho d'água é de 95% e pede o engajamento da criançada na preservação do meio ambiente. "Não podemos deixar ninguém jogar lixo na rua, porque a sujeira pode terminar despejada na água", ensina Marcus Vinícius.

Só em 2009, foram retiradas 55 toneladas de lixo do lago, o equivalente a 4 milhões de latinhas vazias de refrigerante. Se todas essas latinhas fossem empilhadas uma em cima da outra, formariam uma torre de 600 mil metros, uma montanha do

tamanho de 2,6 mil torres de TV uma em cima da outra. Em 2008, a quantidade de lixo retirada do lago chegou a 62 toneladas.

O Distrito Federal possui mais de onze mil embarcações registradas, sendo a terceira maior frota náutica do país. Entretanto, não há em toda a orla do lago um só pier ou marina públicos. E muito menos incentivo dos governos para que a população frequente o lago.

Por isso, a servidora pública do Tribunal Regional Federal Carla de Araújo, 41 anos, recorreu à Mar de Brasília para passear no lago pela primeira vez. Ela critica as poucas opções da cidade para que a população acesse o lago e valorize mais a natureza. Durante o passeio, os tripulantes assistem ao pôr-do-sol, considerado um dos mais belos do Brasil, com a Ponte JK ao fundo, e escutam o Bolero de Ravel.

Também servidora do TRF Cléa Macedo, 43 anos, amiga de Carla, conta que nunca passou no lago. Ela soube do barco pela internet e gostou de ter recebido informações que nem imaginava existir, como a construção da Torre Digital, um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. "O lago é muito bonito. Parece que estamos em outra cidade. É um lazer criativo", comenta.

A advogada Roberta Lia Marques, 32 anos, ficou encantada em ver a cidade sob outro ângulo. "Gostei muito de ver os monumentos a partir da perspectiva do lago. A cidade fica mais bonita e maior. Os governos têm investir mais para que aqueles que têm menos recursos possam aproveitar essa maravilha", afirma.

Quem frequenta o lago está preocupado com o assoreamento das margens, alvo da ação humana. Construções irregulares que ferem a legislação ambiental insistem em aparecer. A ocupação desordenada na Bacia do Paranoá é uma das causas do seu assoreamento. Para se ter uma ideia do problema, a profundidade em alguns pontos do lago não passa de 70cm.



Cléa Macedo:
"Parece que
estamos em
outra cidade"

FOTOS: CARLOS AUVES



Roberta Lia
Marques: "Os
governos têm
que investir"



Lazer na região da Ermida Dom Bosco: lugar bonito e muito frequentado, mas infraestrutura não tem conservação



Os aventureiros das águas abertas

Para o nadador e professor de natação Tiago Sato, 28 anos, o Paranoá representa uma fonte de renda, além de diversão e lazer. "Para a maioria das pessoas o lago é apenas um cartão postal. Eu consigo tirar proveito dele financeiramente também, porque dou aulas e treino para competições", explica. Tiago ensina natação e treina atletas praticamente todos os dias semana.

Os treinos no lago renderam ao nadador um título inédito: ele foi o primeiro brasileiro a atravessar o Canal da Mancha, em setembro deste ano. São 32 quilômetros em linha reta. "Treinei no lago. Fiz o percurso em nove horas e 51 minutos. Foi um desafio, mas eu estava preparado", relata o atleta.

Tiago nada em vários pontos do Paranoá, mas um dos preferidos é o que fica ao lado do hospital Sarah Kubitschek, batizado como "Ecoquebra da 13", porque fica no final da QL 11 e início da QL 13 do Lago Norte. É um terreno baldio onde ele, amigos e alunos praticam natação. Segundo ele, esse é o melhor ponto para a prática de natação em águas abertas de Brasília.

De segunda a sexta-feira vê-se pouca gente por lá: um ou outro nadador, uma pessoa pescando, às vezes casais ou pequenos grupos embaixo das árvores que chegam até a margem. Mas nos finais de semana o lugar fica cheio. Tiago Sato e os amigos tentam conscientizar os frequentadores para que não piores as condições do local, que é como um terreno abandonado. Isso ajuda para que muita gente deixe lixo espalhado.

Uma das iniciativas de um colega do nadador, Guilherme Goulart, foi instalar lixeiras caseiras, para que pelo menos ele e os amigos possam retirar o lixo com mais facilidade. Outro desafio é conseguir uma estrutura aquática para demarcar essa área, porque é um local perigoso para a natação, caso o nadador não conte com algum apoio

(um acompanhante num caiaque ou bote). O problema são as lanchas e jetskys: o piloto pode não enxergar o nadador e provocar um acidente.

Os treinos de Tiago e dos alunos não são apenas no lago. Lá eles preferem ir nos finais de semana. "A natação não surgiu nas piscinas e sim em águas abertas. O contato com a natureza é recompensador para qualquer um", diz o nadador. "Frequento o lago há mais de dez anos. Já vi uma lontra

ou ariranha, não sei bem dizer qual, mas foi há muito tempo. Jacaré eu nunca vi, mas não tenho dúvidas de que há, porque um professor de Biologia fez seu mestrado sobre os jacarés do Paranoá", completa. "O Brasil tem uma enorme sorte de ter o clima que tem, pois em quase 365 dias do ano podemos praticar esporte ao ar livre. Estive há pouco tempo na Europa e vi como isso seria difícil por lá. Somos felizes e poucos sabem disso."

FOTOS: CARLOS ALVES



Tiago Sato
treina no lago
com os alunos:
"Somos felizes"

Excelente para o banho

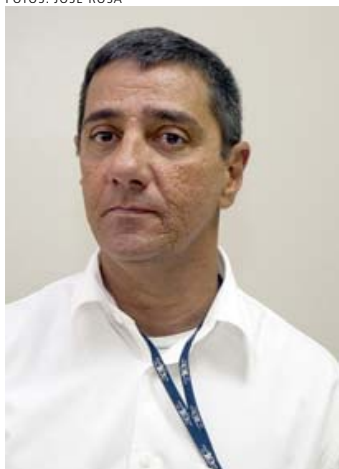
Segundo a Caesb, a qualidade das águas do Paranoá é controlada semanalmente para detectar possíveis poluentes. O lago passa por uma vistoria completa a cada dois meses, com coleta de amostras em 34 pontos. O resultado pode ser conferido no site da companhia, que mantém um mapa da qualidade da água sempre atualizado.

Na última vistoria, feita entre 18 e 25 de outubro, quase toda a área do lago foi classificada como "excelente" para o banho. Pequenos trechos receberam a classificação "muito boa" e "satisfatória". A água foi considerada "imprópria" apenas na área próxima à estação de tratamento de esgoto da Asa Sul, perto da Ponte das Garças.

Na margem ou na água

"Eu sou surfista do lago Paranoá", diz o refrão da banda Natiruts. Parece estranho, mas em Brasília há quem treine braçadas em pranchas de surf. E muitos praticam outros esportes no nosso "mar" artificial: natação, remo, windsurf, stand up, caiaque... Há também quem prefira ficar na margem e curtir a vista, namorar, passear com as crianças. E você, aproveita o lago?

FOTOS: JOSÉ ROSA



Moro perto do Lake Side e vou todas as tardes ao lago. Eu nado e também mergulho com minha filha, na barragem. Já pratiquei windsurf e tive um barquinho, mas com os ventos fortes dos últimos meses ele quebrou o casco e acabei deixando-o de lado.

Carlos José Fiuza
Villas Boas, analista
judiciário do TRT



Pratico windsurf no lago há dezesseis anos. Quando tem muito vento, ele fica até com jeito de mar. Sempre vou ao Paranoá para nadar, andar de caiaque e também naquelas pranchas *stand up*, para remar em pé. Inclusive quero comprar uma dessas para mim.

Rodrigo Azevedo de Carvalho, técnico
judiciário do TRT



Gosto de ir ao Pontão no final da tarde e de assistir competições de natação. No Clube Naval dá para nadar no lago, é muito gostoso. Uma vez fiz um passeio de barco e adorei. Minha mãe mora no Lago Norte, perto da margem, e nós também aproveitamos para pescar.

Ludmila Richter Teixeira,
técnica judiciária do TRT



Eu pratico um esporte à vela no lago, chamado *kitesurf*, há mais ou menos três anos. Infelizmente só dá para velejar quando o vento está favorável. Temos uma boa temporada de setembro até meados de outubro. Faço esse esporte por higiene mental, para me sentir bem.

André Sampaio da Silva, técnico
judiciário do TRF



Tenho um lugar especial para passear com os meus filhos, na beira do lago, perto da Ermida Dom Bosco. Ali eles nadam, a área é mais reservada e mais limpa, dá para ficar bem à vontade. Tento ir sempre com as crianças para que elas se acostumem a aproveitar o lago.

Ueslei Pereira de Lima,
técnico judiciário
do STJ



Fiz remo no lago durante um ano e meio, mas parei por uma lesão muscular. Não vejo a hora de poder voltar. O remo acabou fazendo parte da minha vida, é uma delícia. Eu saio das aulas renovada. Praticar esporte no lago lava a alma de qualquer pessoa.

Marta Patrícia Mainiere,
analista de saúde
da PRR1



Na QL 12 tem um lugar especial onde eu nado e aproveito bastante o lago. Mas eu considero que a orla deveria ser mais explorada pelos usuários comuns e para provas de natação, por exemplo. Hoje quem aproveita mais é quem veleja, faz caiaque ou tem barco.

Noel Batista Júnior,
técnico da PRR1



Todos os dias faço de oito a dez quilômetros de corrida e caminhada e aproveito a vista do lago, que é linda. Começo em frente ao clube da Assejus, passo perto da ponte JK, retorno pela via interna do Setor de Clubes. O GDF está fazendo calçamento, jardinagem e iluminação por ali.

Cleber Segurado Pimentel
Lotti, técnico da PRR1



Eu adoro a vista do Lago Paranoá, é linda. Fui uma frequentadora assídua do lago, mas agora estou sem tempo. Mesmo assim vou cerca de três vezes por mês curtir as águas. As crianças aproveitam muito, minha filha anda de jet ski. Mas acho que a orla é pouco explorada, deveria ter mais infraestrutura.

Sorama Freitas Santiago,
técnica judiciária do TRF



Eu frequento o lago Paranoá pelo menos três vezes por mês. Gosto de ir ao clube Asbac para contemplar a vista, a paisagem das águas. Eu me sinto muito bem. Levo meus filhos, a família adora. Acho que o lago é sempre um ótimo passeio.

Francisco das Chagas,
técnico judiciário
do STJ



Eu ando de lancha e de jet ski; são atividades que me deixam muito bem. Frequento sempre a orla nos finais de semana, para ver a vista e jogar futebol. Sou de Minas Gerais e moro aqui sozinho, então aproveito as oportunidades de rever meus amigos e frequentar os clubes.

Walber Rondon Ribeiro
Filho, técnico judiciário
do STJ



Eu mergulho no lago há dez anos. Já fui a mais de 40 metros de profundidade na barragem do Paranoá, onde é mais fundo e a água é mais clara. Procuro mergulhar pelo menos uma vez por mês para não perder a prática. A sensação é muito agradável e relaxante, você está flutuando, não pensa em nada.

Afrânio Luiz Alves,
técnico judiciário do TRF

...e os coroas ganharam mundo

Cada vez mais pessoas entre 40 e 50 anos procuram intercâmbio em outros países em busca de reciclagem profissional e realização pessoal

Hylida Cavalcanti

Adolescência tardia? Que nada. Os cursos de intercâmbio em outros países – sejam de longa ou curta duração – passaram, nos últimos anos, a ser cada vez mais desmitificados. Antes tidos como programas exclusivos para jovens estudantes, agora são procurados por gente com idade entre 40

e 50 anos, que vê a experiência como uma oportunidade de aprimorar um idioma, reciclar-se profissionalmente e até revisar a própria vida. Sobretudo na forma de morar – já que as opções de acomodação passam por hospeda-

gens em casas de famílias, alojamentos universitários e apartamentos coletivos para grupos de sete a quinze alunos. É uma forma divertida que os quarentões mais animados encontraram para conhecer outro país e, de quebra, incrementar o currículo.

O perfil é diferente dos jovens que se aventuram mundo afora para estudar e conhecer culturas diversas. Os

objetivos também, uma vez que as pessoas na faixa de 40 anos ou mais que procuram esse tipo de viagem, ao contrário dos jovens, já possuem profissão definida – alguns têm inclusive estabilidade no emprego, como os servidores públicos. Embora muitos sejam solteiros e divorciados, também é grande o número de pessoas casadas e com filhos. São brasileiros que costumam ter condições de reunir recursos suficientes para a viagem, por meio de uma reserva financeira feita com antecedência. E que conseguem liberação das chefias nos locais onde trabalham, com licença sem vencimento, licença remunerada ou férias, dependendo da situação.

O número de pessoas na casa dos 40 anos que procuram o intercâmbio aumentou em 48% de 2008 até hoje. Foi o que constatou uma pesquisa realizada no início do ano por um grupo de agências de viagens, que tomou como base alunos de instituições voltadas para o ensino de inglês e espanhol nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Entre os interessados na faixa dos 50 anos a procura foi ampliada em 25%, enquanto o número de alunos na casa dos 30 cresceu menos: 12% no mesmo período.

Com a mudança de faixa etária, mudou também o perfil dos cursos procurados. Os mais frequentados são os de imersão em idiomas como in-

ANIMADOS

O número de pessoas na casa dos 40 anos que procuram o intercâmbio aumentou em

48%

nos últimos dois anos.

É um crescimento quatro vezes maior que na faixa dos 30 anos, onde a procura aumentou só

12%

CARLOS ALVES



glês, espanhol e francês, assim como os de pós-graduação e os MBAs (*Master in Business Administration*), comumente procurados em países como Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Espanha, França e Nova Zelândia. Há ainda cursos voltados especificamente para executivos ou pessoas que possuem cargos de gestão em seus locais de trabalho, com duração entre vinte dias e seis meses. Mas há também as mais variadas opções, como estudos holísticos, gastronomia, dança e filosofia.

Uma pausa na “vida certinha”

Uma situação peculiar foi vivida pela analista judiciária do Tribunal Superior do Trabalho Shirlei Amorim, que viajou em 2008 para a Espanha, para fazer um curso de 35 dias de espanhol na universidade de Salamanca. Shirlei ficou instalada num apartamento alugado para sete pessoas, todas estudantes como ela, da mesma faixa etária. “Tudo foi inusitado. Estávamos acostumados com nossas vidas certinhas e, de um momento para outro,

passamos a conviver com outras pessoas, a dividir desde a cozinha à secadora de roupa”, conta.

“A troca de cultura é enorme num programa assim, o que ajuda qualquer ser humano a se socializar. Embora em Salamanca exista um grupo grande de brasileiros, fiz amizade com pessoas de diversos países. O resultado foi tão positivo que, quando voltei, pulei dois níveis do curso de espanhol”, revela a servidora.



Estudos e turismo na dose certa

“A vida de quem faz intercâmbio pode não ser fácil, mas é muito divertida”, brinca a técnica administrativa do Ministério Público de São Paulo (MPSP) Rosana Siqueira, recém-chegada de uma viagem à França. De acordo com ela, hoje as pessoas procuram um estilo mais bem-humorado de viajar, muitas vezes em busca de resgatar um programa que não fizeram quando eram mais jovens, “seja por falta de opção ou por não terem tido condições financeiras”, avalia. Rosana aperfeiçoou seu francês durante o período de 40 dias que ficou em Paris

– numa viagem de 60 dias. No restante do tempo viajou pelo país, com um grupo de amigos. No período de realização do curso propriamente dito, ficou hospedada no apartamento de um casal de franceses. Depois, em hotéis e albergues. “Fiz a viagem da minha vida e ainda me aprimorei profissionalmente”, disse.

“Hoje muitas pessoas conjugam estudos com turismo e lazer, em férias ou em programações mais longas nos países que visitam. A economia mundial mudou e as opções de mercado também”, afirma Severo Portela, que

coordena programas de intercâmbio há quase dois anos no CWA Executive Center, empresa paulista voltada para a organização de cursos de idiomas para executivos. “Enquanto em décadas passadas a pessoa com mais de 40 anos pensava em reduzir as atividades profissionais a partir dessa idade, agora estão em plena ascensão na carreira. Então elas procuram, ao contrário, reciclar-se cada vez mais, em busca de desafios profissionais ou por simples prazer pessoal”, completa.

Foi a reunião de todos esses benefícios o que chamou a atenção da ad-

Benéti passou quatro meses na Espanha: “Passamos a ver as coisas com um olhar diferenciado”



vogada pernambucana Perpétua Souza, técnica judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que passou oito meses em Nova Iorque em 2007, quando tinha 45 anos. Divorciada, ela conseguiu uma licença sem vencimento, reuniu coragem para deixar a filha, então com quatro anos, com a mãe e se mudou para a casa de um casal americano sexagenário que morava com uma neta adolescente. No período de oito meses em que morou nos Estados Unidos, Perpétua fez aulas de inglês pela manhã e de dança à tarde. Disse que voltou para o Brasil se sentindo “renovada”.

“De início estranhei. Mas depois

me adaptei à cultura e aos meus companheiros de moradia. Ao longo desse período, vivi coisas que nem dá para explicar direito”, conta Perpétua. “Conheci pessoas de vários lugares e aperfeiçoei meu inglês num nível que jamais conseguiria se ficasse aqui num cursinho”, avalia ela. “Além disso, fui muito bem orientada e tive acesso a determinadas atividades culturais que não teria se tivesse optado por ficar hospedada num hotel... E, ainda por cima, saí de lá com a sensação de que os que me acolheram serão, daqui por diante, como novos integrantes da minha família”, acrescentou a advogada.

Maduros e bem resolvidos

Experiência semelhante à de Perpétua foi vivenciada pelo jornalista Ebenézer Nascimento, da assessoria de comunicação social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao fazer 50 anos, em 2005, Ebenézer – conhecido como Benéti – ganhou uma bolsa da Unesco para um curso de pós-graduação na Espanha, voltado para estudos para a paz, resolução de conflitos e desenvolvimento humano. Selecionado para a vaga em meio a vários colegas, ele ficou alojado na universidade de Castellon de La Plana, próxima à cidade de Valência, durante quatro meses.

“Na época, eu era o único brasileiro no meio de pessoas de vários lugares”, conta ele. “Além do curso propriamente dito, que foi muito enriquecedor, eu também ganhei de várias formas, porque ao morar num outro país você passa a se familiarizar com o idioma”, comenta, ao acentuar que, apesar das várias contribuições para seu desenvolvimento profissional, a decisão de viajar teve que ser muito bem pensada – já que ele deixou ex-mulher e filhos no Brasil. “Numa viagem assim, a vida muda completamente. Melhoramos como profissionais e, principalmente, como seres humanos, porque passamos a ver as coisas com um olhar diferenciado”, destaca.

Segundo a pesquisadora, pedagoga e arte-educadora Ana Lúcia Ribeiro, os relatos de pessoas mais maduras que passam por viagens desse tipo são sempre intensos, porque, como são indivíduos que já passaram por diferentes fases na vida e se consideram realizados em vários aspectos, eles estão mais dispostos a conciliar expectativas profissionais com *hobbies* e visitas a lugares que anseiam ver (ou rever) em outros países. “Tudo isso conduz a um bom rendimento nos cursos procurados pelos alunos, que são pessoas muito bem resolvidas”, afirmou.

Preparo para viver a vida

A mudança na faixa etária de quem faz intercâmbio transformou também o interesse e os hábitos das famílias norte-americanas e europeias acostumadas a hospedar estudantes. Tanto que, hoje, algumas famílias têm se preparado para receber exatamente pessoas com idade maior, em vez de adolescentes.

“É um segmento diferenciado, formado por donos de casa sexagenários, com netos, que vivem sozinhos e preferem o contato com pessoas cuja idade oscila entre 40 e 50 anos. E isso não quer dizer que sejam, necessariamente, anfitriões que não gostam de diversão ou de sair de casa, pelo contrário”, explica a agente de viagens Isis Ferreira.

Algumas dessas famílias – sobretudo em países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia – têm inclusive se cadastrado junto a agências de viagens e universidades e procurado fazer treinamentos para conviver melhor com esse novo segmento de estudantes.

A prática tem se revelado tão bem-sucedida, de ambos os lados, que já faz várias pessoas pensarem em repetir a dose. “Neste tipo de viagem, aprendemos a reconhecer as diferenças”, avalia Isis. Diferenças que posteriormente ajudam na identificação e solução de problemas e que levam a mais igualdade, maior espírito de equipe e maior preparo para viver a vida.

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Uma vocação em família



Thais Assunção

“Eu nasci no interior do Espírito Santo e desde pequeno escutava música sertaneja. Mas só cantava embaixo do chuveiro”, recorda o servidor aposentado do TSE José Duhz. Aos 18 anos ele começou a trabalhar no TSE, na nova sede em Brasília. Com o passar dos anos, sem esquecer as canções que embalsamaram sua infância e adolescência, o servidor foi compartilhando seu gosto musical com os colegas de trabalho. Formou várias duplas e che-

gou a se apresentar em festivais promovidos pelo tribunal – “mas nada profissional”, ressalva.

Da dificuldade dos amigos para pronunciar o sobrenome Duhz (todos falavam Duch) surgiu uma ideia: porque não adotar o “apelido” como um nome artístico? Assim foi feito: hoje o cantor se chama Duch, com ch.

Ele conta que teve uma grata surpresa em sua própria casa. Desde pequena sua filha Derize cantarolava pelos cantos, e o pai, atento, percebeu a vocação da garota. Aos doze anos ela

já cantava nas festas familiares, e quando completou vinte resolveu transformar a brincadeira de criança em coisa séria. Pai e filha formaram uma dupla: Duch e Derize.

“Começamos a cantar com seriedade para fazer apresentações. Participamos de vários shows e depois resolvemos gravar o nosso primeiro CD. Em seguida começamos a nos apresentar no programa *Brasil Caipira*, da TV Record. Já faz dez anos que cantamos profissionalmente”, explica Duch.

Apesar de nunca ter feito aula de canto ou de violão, Duch está totalmente à vontade na nova carreira. “Aprendi a tocar observando as pessoas. O canto eu acho que vem da alma, do coração mesmo”, explica.

Ele quer gravar o segundo CD da dupla num futuro próximo, mas lamenta que a parceira esteja com pouco tempo disponível – ela está se dividindo entre o trabalho e a faculdade. Porém, como pai compreensivo, ele entende a fase pela qual Derize está passando e acredita que logo voltarão à rotina dos palcos e ensaios: “Mesmo assim nós ensaiamos sempre, não deixamos a música de lado. Há cinco meses fizemos nosso último show. Agora estou aguardando a vida dela se estabilizar para voltarmos à ativa.”

Duch celebra a aposentadoria porque agora tem mais tempo para se dedicar à música, mas sempre volta ao TSE para matar a saudade dos colegas e fazer apresentações nos eventos culturais do tribunal.

O primeiro CD da dupla Duch e Derize foi lançado há três anos e é composto por 14 faixas no estilo sertanejo. Duch revela gostar de algumas faixas em especial, como a música *Capa de Revista*, mas conta que “cada uma delas me faz lembrar de fases diferentes da minha vida”. E completa: “a música para mim é uma coisa muito forte. Todos os dias ligo o rádio de madrugada, às 3h da manhã”, conta ele, que dorme muito cedo, “com as galinhas”, e já acorda cantando.



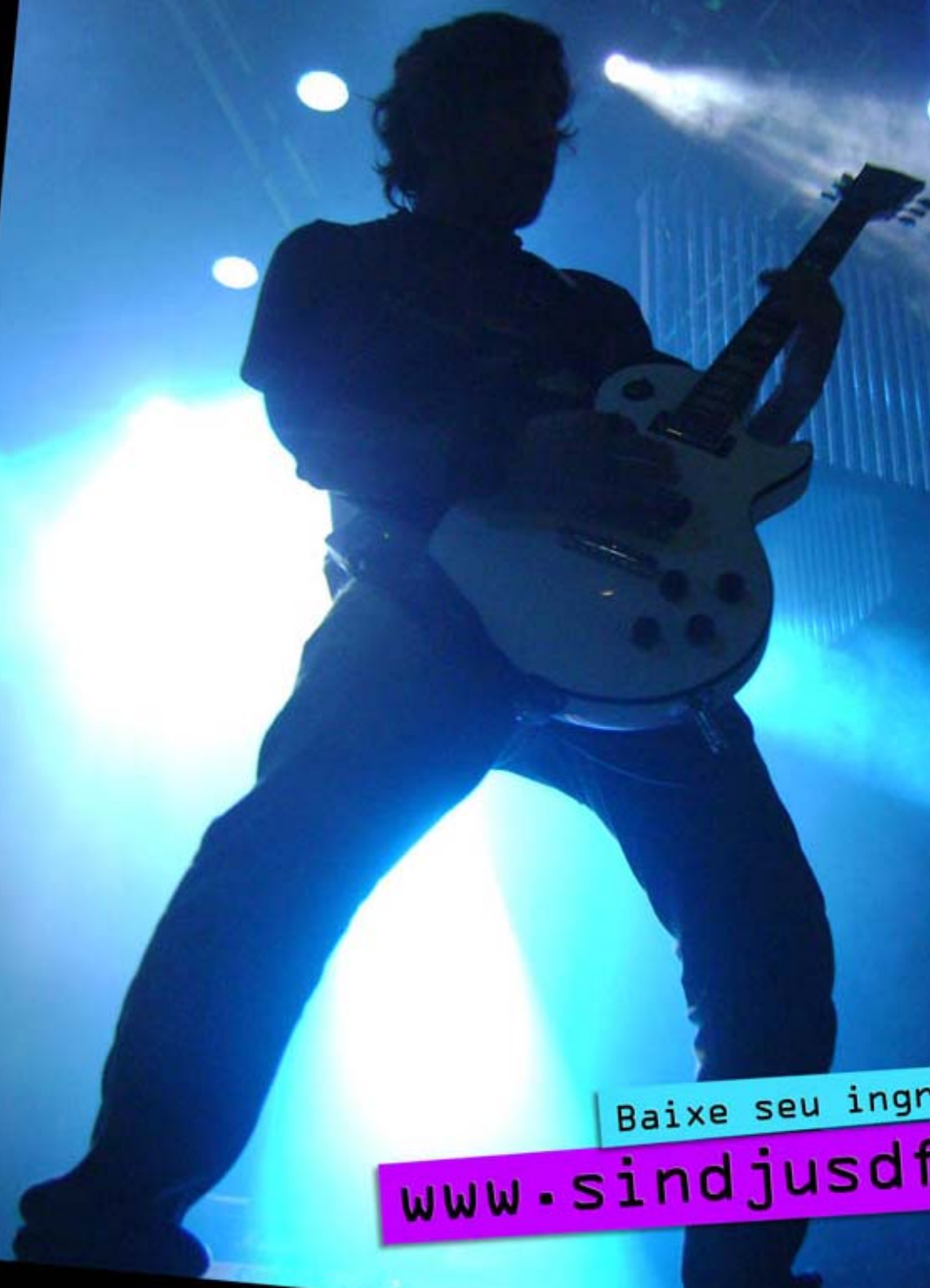
CARLOS ALVES

CAPITAL

Sábado • 11/12 • 22h

• no • Pavilhão • do • Parque

INICIAL



Baixe seu ingresso:

www.sindjusdf.org.br